

clubnet  
falta para si - made for you  
www.clubnet.mz

LIGUE 1747

INTERNET PARA PROFISSIONAIS



clubnet  
falta para si - made for you  
www.clubnet.mz

1747 HELPEDESKO

Distribuidor oficial MIKROTIK

# vertical

UM JORNAL POR FAX

Ano XXI, Maputo quinta-feira, 29.06.2023 N° 5.375

SOLUÇÕES DE INTERNET À SUA MEDIDA OU DA SUA EMPRESA

LIGUE 1747

clubnet  
www.clubnet.mz

vertical #0 Jornal que (às vezes) lhe escapa VINTE & UM ANOS Pela Verdade, Verticalidade e Manutenção de Decência



## VAMOS LÁ EXAGERAR

Com as vantagens dos novos pacotes Mini, Plus e Max.

Pacotes	GIRO MINI			GIRO PLUS					MAX	
	80	100	200	300	400	600	900	1200	1500	2000
Preço (MT)	80	100	200	300	400	600	900	1200	1500	2.000
Rede Tmcel	Ilimitadas	Ilimitadas	-	Ilimitadas	Ilimitadas	-	Ilimitadas	Ilimitadas	Ilimitadas	Ilimitadas
Outras Redes	250	500	-	1.800	-	3.200	-	9.000	12.000	18.000
Todas Redes	-	-	1.000	-	1.600	-	7.000	-	-	-
SMS	80	100	1000	300	800	600	1000	2000	2000	3000
Dados	150B	20B	150B	150B	170B	200B	250B	350B	600B	700B
Validade	1 dia	1 dia	7 dias	15 dias	30 dias	30 dias	30 dias	30 dias	30 dias	30 dias

4.5



## 10ª EDIÇÃO DA FEIRA DE TECNOLOGIA MOZ TECH:

Daniel David diz que Interactive vai prover internet via satélite a todos os moçambicanos

(Maputo) A partir de 1 de Julho próximo, a empresa moçambicana Interactive vai prover internet via satélite a todos os moçambicanos.

A novidade foi revelada esta manhã, na Arena 3D, Catembe, em Maputo, onde decorre, desde ontem, a 10ª edição da Feira de Tecnologias MozTech. Na sessão de abertura do evento que decorre sob o lema Inovação e

competitividade: da tecnologia à geração de valores nos negócios, o Presidente do Conselho de Administração da Interactive, Daniel David, explicou

**continua pag. 3**

## Cobranças ilícitas, morosidade e intimidações evidenciam possível greve silenciosa na Saúde \*

(Maputo) O Sector da Saúde em Moçambique, à semelhança doutros sectores vitais para o desempenho do Estado, tem enfrentado diversas dificuldades para o seu funcionamento, com destaque para a falta de

material médico-cirúrgico, medicamentos para os utentes e outros insumos essenciais para o funcionamento normal das unidades sanitárias. A melhoria das condições de trabalho e o aumento salarial também sempre constituíram pontos centrais na agenda dos profissionais de saúde. No entanto, aquando da aprovação e implementa-

ção da Tabela Salarial Única (TSU), nos finais de 2022, os descontentamentos associados à remuneração desta classe agudizaram-se devido a irregularidades detectadas. "Entre vários aspectos, exigimos enquadramento condigno de médicos especialistas e de clínica geral no contexto da TSU, tendo-se em conta o cum-

No âmbito da pandemia da Covid-19 A ClubNet oferece +2 Mbps de velocidade a todos os pacotes ilimitados.

clubnet  
www.clubnet.mz

primário do estatuto do médico na Administração Pública, a revisão das horas extras, assim como a reavaliação dos subsídios de renda para habitação, subsídio de localização e de exclusividade, em cerca de 40%", afirmara, na altura, um documento tornado público pela Associação Médica de Moçambique (AMM).

Dentro do ano em curso, igualmente, em exigência de aumento salarial, a Associação dos Profissionais de Saúde Unidos e Solidários de Moçambique (APSUSM) deu início a jornadas de paralisação de actividades. As mesmas paralisações, entretanto, foram suspensas por duas vezes, sendo que da última, dentro de um intervalo de 60 dias, houve um acordo entre esta agremiação e o Governo, através do Ministério da Saúde (MISAU).

Assim sendo, no contexto da suspensão das greves por parte dos profissionais da saúde, o Observatório do Cidadão para Saúde (OCS) levou a cabo um trabalho de monitoria das unidades sanitárias para perceber até que ponto os acordos entre as partes estão a ser cumpridos, uma vez que circulam relatos de mau atendimento, longas filas de espera, desrespeito dos direitos do utente (no contexto da Carta dos Direitos e Deveres do Doente [CDDD]).

Não tomando como ponto de pesquisa os serviços de saúde no seu todo, focámo-nos nos serviços de assistência pré-natal e maternidade, em algumas unidades sanitárias da cidade de Maputo, capital moçambicana.

A priori, escalámos o Centro de Saúde de Malhangalene. Como simples utentes, instalámo-nos na fila de atendimento para nos inteirarmos sobre o comportamento dos profissionais de saúde e sobre o funcionamento dos serviços de consulta pré-natal. Depois de assistirmos a longas filas de e à impaciência estampada nas faces dos pacientes, tentámos perceber o que estava por detrás da morosidade no atendimento.

Uma senhora em estado de gestação, dirigindo-se à nossa equipa de reportagem na condição de anonimato, manifestou o seu descontentamento para com os serviços, tomando-os como "ineficientes e morosos."

"Há muita morosidade", disse a paciente, adiantando que "há poucos profissionais para assistir os pacientes. A paciente pode chegar às sete e ser atendida às 12 ou 13 horas para um serviço básico de consultas rotineiras."

De acordo com a fonte, um profissional de saúde chega a estar para 50 gestantes "e, mesmo assim, prioriza-se quem paga subornos."

## **GESTANTES OBRIGADAS A CONSULTAR CLÍNICAS PRIVADAS PARA ECOGRAFIA**

A paciente revelou ainda que os enfermeiros obrigam as gestantes a fazer ecografia em clínicas privadas para que possam pagar taxas elevadas que, posteriormente, são partilhadas entre a enfermeira que emite o guia e a clínica que afecta a ecografia.

Sem mencionar nomes das enfermeiras ou clínicas envolvidas no esquema, a paciente afirma que "fui obrigada a recorrer a uma clínica privada, onde paguei 1500 meticais para fazer ecografia. Ao invés de me darem um guia para um hospital público, onde poderia fazer o mesmo exame a custo zero."

"Acredito que o enfermeiro ganha uma parte do dinheiro que pagamos na clínica privada. Somos obrigados a fazê-lo, sem isso somos sujeitos a mau atendimento nas fases subsequentes das consultas pré-natais, até mesmo no momento do parto ou consulta pós-natal", explicou.

Uma outra paciente confirmou a existência desta prática, denominando-a diabólica e, por isso, havendo necessidade de a mesma ser abolida de uma vez por todas.

"Há uma ligeira vontade de se privatizar o sector público de saúde", sublinhou.

No que diz respeito à limpeza da unidade sanitária, entretanto, as pacientes foram unânimes em afirmar que está tudo em ordem.

"Quanto ao estado de limpeza, não há muito que reclamar", afirmaram, adiantando que há muita morosidade para o atendimento na farmácia.

"As pessoas têm de marcar fila mesmo quando se encontram num estado debilitado, a contorcerem-se nos bancos", disse uma paciente.

"Os farmacêuticos são bastante lentos, ficam a conversar e, quando procedem com o atendimento, apenas fornecem ibuprofen ou paracetamol", acrescentou uma outra.

## **CENÁRIO SOMBRIO NO CENTRO DE SAÚDE DE XIPAMANINE**

Em seguida, deslocámo-nos para o Centro de Saúde de Xipamanine, onde deparámo-nos com um cenário deveras sombrio. Acabava de escurecer. Passavam por aí dezoito horas. Fizemo-nos ao departamento da maternidade e eis ambiente que se apresenta: salas totalmente escuras, lanternas de celulares acesas, uma enfermeira (tida como chefe, embora não aparentasse) e uma servente. Encontrámos na fila de espera várias pessoas, entre acompanhantes e gestantes aos gritos perante contrações

de parto.

É dia 23 de Junho, sexta-feira. Disfarçados em pacientes, questionámos o porquê de tudo estar às escuras e a servente responde-nos nos seguintes termos "não temos energia." O que aconteceu, será que o credelec ficou zerado? Ela responde-nos que não, "não se trata de disso. Ficámos sem energia porque houve um acidente, estava-se a tentar queimar uma cobra e o fogo atingiu um dos cabos elétricos." Nesse momento, questionámo-nos sobre a proveniência da tal cobra. Fomos informados que os serviços voltarão à normalidade quando a equipa da Eletricidade de Moçambique (EDM) tiver reparado os danos.

Enfiámo-nos nas conversas dos pacientes que já se encontravam ali há muito tempo, desde à treze horas. ficámos a saber que apenas uma enfermeira está de serviço e esta única nem sequer está a trabalhar, está simplesmente a manejar o celular e a conversar com a sua colega servente. Escutámo-las ambas aos risos, ao passo que doutro lado gritavam as mulheres por conta das contrações.

"Seria bom se não restabelecessem a corrente elétrica. Faria o turno desta noite a dormir", escutamos a enfermeira a dizer, uma senhora de altura mediana e arrogante na sua forma de tratar os pacientes. Aliás, enquanto pacientes (disfarçados) fomos também vítimas dos maus tratos desta senhora, quando perguntámos o motivo por detrás da ausência doutros profissionais, como é que uma unidade sanitária desta magnitude estava a funcionar apenas com duas pessoas, que nem sequer estavam a atender as gestantes?

## **MAU ATENDIMENTO COMO CONTÍNUA MANIFESTAÇÃO DA GREVE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

Mesmo quando se restabeleceu a corrente, uma hora e trinta minutos depois, não vimos nada a mudar. As gestantes foram apenas admitidas para os quartos, sem nenhum exame ou observação. Entregues à sua sorte, deitavam-se no desespero da dor, sem céus ou chão. As que já tinham dado parto, nos quartos encontravam-se silenciosas.

Abordámos uma acompanhante que acabava de deixar uma gestante na sala de parto. Com as faces visivelmente desesperadas disse-nos "não tenho esperança que o trabalho de parto corra bem. Só duas pessoas a trabalharem nesta maternidade, cobraram-me dinheiro para que ela estivesse em boas mãos. Vejo que a enfermeira chefe não está

continua pag. 16

que, num contexto em que Moçambique possui aproximadamente 30 milhões de cidadãos, entretanto, com uma penetração à internet na ordem de 23%, a aposta na acessibilidade de internet é fundamental para inclusão digital. Na sua intervenção, Daniel David lembrou que Moçambique é um dos países com internet mais cara na região da África Austral. Por isso mesmo, "Temos de lutar para que a internet seja acessível a toda a gente".

Desde já, de acordo com Daniel David, o grande projecto da Interactive é baixar o preço da internet para mais moçambicanos terem acesso à internet, pois, assim, será possível que as pessoas se desenvolvam com competitividade. E David falou do desejo do seu grupo de trabalho liderar a disponibilização de internet acessível aos moçambicanos do país inteiro via satélite. "Quem lidera, investe muito do seu tempo no trabalho. Durante meses, trabalhamos para o efeito", disse o Presidente da Interactive, garantindo que "o futuro, para nós, começa agora".

A partir de ontem, a Interactive pode ser contactada para prover internet via satélite às pessoas e às empresas via satélite em qualquer canto do país.

Momentos antes de se referir ao investimento tecnológico da Interactive, Daniel David, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da MozTech, explicou a maior feira de tecnologias do país surgiu com o objectivo, de impulsionar a transformação digital e induzir a competitividade das pessoas e das empresas, porque, na sua percepção, a tecnologia é basilar para os cidadãos queimarem etapas redundantes e ganharem mais tempo rumo ao seu desenvolvimento das suas próprias competências.

De igual modo, Daniel David garantiu aos participantes que os dois dias da 10ª edição da MozTech, quarta e quinta feiras, sempre na Arena 3D, na Catembe, serão caracterizados momentos marcantes na discussão de tema inerentes às tecnologias baseadas na inovação e competitividade, pois, desse modo, pode-se garantir ganhos nos

negócios numa economia de escala. Ainda assim, Daniel David lembrou à audiência que, não obstante a relevância da internet como ferramenta indispensável de desenvolvimento individual e social, já que quebram barreiras de outra forma intransponíveis, o centro de tudo devem ser as pessoas. Sem pessoas bem formadas e esclarecidas, as tecnologias não serão suficientes para tornar a vida humana melhor.

### **MAGALA QUER MAIS COOPERAÇÃO ENTRE GOVERNO, SECTOR PÚBLICO E PRIVADO NA SEGURANÇA CIBERNÉTICA**

Para o Ministro dos Transportes e Comunicações, a falta de coordenação entre organizações governamentais, do envolvimento do sector privado, de profissionais capacitados, bem como a falta de cooperação internacional limitada constituem alguns dos desafios para a segurança cibernética no país. Na Feira de Tecnologias MozTech, que decorre na Catembe, em Maputo, Mateus Magala recomendou, a criação de um grupo de trabalho.

O Ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala, começou a sua intervenção, na 10ª Edição da Feira MOZTECH, dizendo que era seu desejo que todos indivíduos tivessem acesso a um telemóvel e à internet. Entretanto, o essencial do seu discurso esteve concentrado no tema segurança cibernética, num país em que algumas instituições públicas e/ou estatais foram, recentemente, alvos de ataque cibernético.

Mateus Magala lembrou que a segurança cibernética "implica a protecção de computadores, servidores, dispositivos móveis, sistemas electrónicos, redes, dados de informações de pessoas, contra ataques de malfeitores" e temeu pela insegurança dos usuários das tecnologias, que incluem também os moçambicanos.

"Não obstante as múltiplas vantagens da digitalização, existem riscos a serem considerados. Se, ontem, o desafio era com o vírus que corrompia os nossos computadores, o acesso às nos-

sas contas de e-mail, hoje, o foco está nos nossos dados, nos serviços financeiros e na tentativa de comprometer a soberania do Estado", afirmou.

Em Moçambique, há muitos desafios no que diz respeito aos perigos da segurança cibernética. Mateus Magala citou apenas os que considerou mais importantes: a coordenação entre organizações governamentais, a falta de envolvimento do sector privado, a falta de profissionais qualificados na matéria, a norma limitada de segurança cibernética específica das indústrias, a cooperação internacional limitada, o quadro jurídico e regulador limitado para a protecção de dados e consciência pública limitada.

### **COMO PROTEGER O PAÍS?**

Segundo o titular da pasta das comunicações, existe uma necessidade de mais proactividade e cooperação entre o Governo, o sector privado e o público.

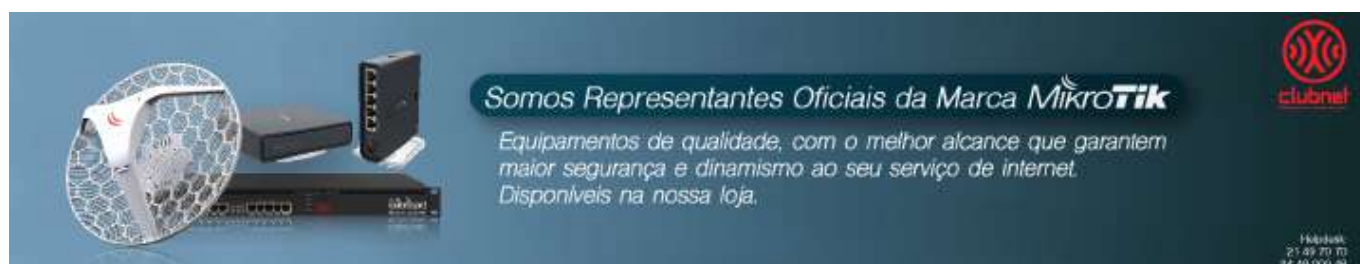
"Temos que desenvolver uma estratégia mais clara e muito mais sistemática, que não só satisfaça os padrões internacionais actuais, mas que coloquem Moçambique no mapa internacional, no que diz respeito à matéria. Neste sentido, temos três grandes intervenientes: o Governo, o Sector Privado e o Público", disse Mateus Magala.

Alem disso, "devemos efectuar a transformação necessária de acordo com as três linhas seguintes: avaliar e defender as actuais infra-estruturas críticas a nível nacional; moldar e investir nas forças do mercado para promover a segurança e a resiliência; e, por último, conceber e aplicar uma estratégia para manter relações internacionais para objectivos comuns", acrescentou.

Neste sentido, Mateus Magala entende que o Governo deve ter um papel de convocação, levar todos (sector privado e público, além do próprio Governo) à mesa para coordenar as actividades.

Magala recomendou a criação de um grupo de trabalho sobre a Segurança Cibernética para a protecção de infra-estruturas críticas no país.

continua pag. 13



Somos Representantes Oficiais da Marca MikroTik

Equipamentos de qualidade, com o melhor alcance que garantem maior segurança e dinamismo ao seu serviço de internet. Disponíveis na nossa loja.

clubnet

Hábitat: 21 49 70 73 44 40 000 43

## TERMÓMETRO

Hoje, previsão de tempo parcialmente nublado/limpo/chuvoso. Temp.: Máx. 27 Min. 16. Amanhã, previsão de tempo limpo. Temp.: Máx. 25 Min. 13. Sábado, previsão de tempo totalmente limpo. Temp.: Máx. 24 Min. 12. Domingo totalmente nublado. Temp.: Máx. 26 Min. 14. Fonte: <http://weather.-edition.cnn.com>

## No prelo

Caros automobilistas: Evite acidentes de viação! Para e repense. **4 a 7 de Julho**, Moçambique acolhe o VII Congresso de Educação Ambiental da dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (CPLP) no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo. **7 de Setembro**, Dia da Vitória e da assinatura dos Acordos de Lusa-

ka. **25 de Setembro**, Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. **4 de Outubro**, feriado e Dia da Reconciliação Nacional. **12 de Outubro**, Dia dos Professores Moçambicanos. **10 de Novembro**, Dia do Município da Cidade de Maputo. **1º de Dezembro**, Dia Mundial de combate ao HIV/SIDA. **25 de Dezembro**, celebração do Natal e Dia da Família Moçambicana.

## Moçambique destaca-se no BCI Open de Xadrez

(Maputo) A xadrezista moçambicana Neusa Castro foi a vencedora, em femininos, da terceira edição do BCI Open de Xadrez, que juntou, de 23 a 25 de

Junho, no distrito municipal da Katembe, na cidade de Maputo, atletas de Moçambique, África do Sul, eSwatini, Botswana, Malawi, Zimbabwe e Lesotho. Esta

vitória vem confirmar o destaque que o xadrez moçambicano tem vindo a ganhar nos últimos anos. Em masculinos, a vitória coube ao sul africano Banele Mhango.

O Director Comercial Regional do BCI, Gerónimo Massolonga, que testemunhou a cerimónia de abertura do torneio, reiterou, por esta ocasião, o compromisso do banco no apoio à dinamização dos esforços para a crescente afirmação do desporto moçambicano, em particular o xadrez. "O BCI tem um histórico no apoio a esta modalidade, tendo já em 2018 sido patrocinador, em regime de exclusividade, com naming



### RENOVAÇÕES & NOVAS ASSINATURAS 2023

Lembramos aos nossos estimados assinantes e anunciantes, que já estão a decorrer os processos de renovações das subscrições de novas assinaturas para 2023 e os contratos para inserção de anúncios publicitários. Os pagamentos são efectuados em cheque ou transferências bancárias para conta: 109-1216281003; NIB: 000301090121628100372 - Standard Bank. Para informações adicionais, contactar o Gerente da empresa, Senhor Zacarias do Couto: celulares + 258 86 12 40 384/82 83 69 710/848106656/860187013/82 97 76533/840152631 e/ou por E-mail: [vertical@clubnet.co.mz](mailto:vertical@clubnet.co.mz), [zacariasdocouto@hotmail.com](mailto:zacariasdocouto@hotmail.com), [victorjustinom@gmail.com](mailto:victorjustinom@gmail.com),

### CÂMBIOS/USD

28.06.2023 - Nova Iorque

#### Moeda compra

Coroa/D	5.74
Coroa/N	5.52
Coroa/S	6.46
Euro	0.74
Iene	89.35
Libra/GB	0.62
Rand	8.68
Real	2.03

(fonte: [pt.exchange-s.org/converter/USD/JPY/1](http://pt.exchange-s.org/converter/USD/JPY/1))

vertical

Um jornal por Fax: Proprietário - **Repórteres Associados Lda.**; Número de Registo de Título; GABINFO-Dispensa do registo-DE-2001. Número de Entidades Legais-100067056(02/07/2002). Editor: **Victor Matsinhe**; Redacção: Avenida Sebastião Marcos Mabote, Q. 12, R. 10, Bairro das Mahotas(Distrito Municipal Ka Mavota), Maputo(Cidade das Acácias e Jacarandás), Moçambique, Cel: + 258 86 12 40 384/+258 82 97 76 533/+258 84 01 52 631/+258 86 018. 70 13. E-mail: [vertical@clubnet.co.mz](mailto:vertical@clubnet.co.mz); [victorjustinom@gmail.com](mailto:victorjustinom@gmail.com); Assinaturas mensais: - ordinária: 1.500 Mt; institucional: 2.000 Mt; embaixadas e ONGs estrangeiras: 2.100 Mt e Agências de Comunicação e Publicidade; 2.900 Mt e outras moedas ao câmbio do dia. Número de Registo Fiscal(NUIT): **400096686**

“Taça BCI”, facto que em si evidencia o nosso compromisso com o sucesso do xadrez moçambicano. No ano passado tivemos igualmente o grande privilégio

de cá marcar presença, apoiando a realização da segunda edição deste Open” – disse.

Para além de autoridades nacionais,

de dirigentes e membros da Federação Moçambicana de Xadrez, destacou-se, ainda, a presença, nesta edição, de um mestre cubano da modalidade.

## Ministro Nivagara quer produção de material que facilita na implementação da Iniciativa sobre GEd

(Maputo) O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Daniel Nivagara, exorta ao Grupo de Especialistas para desenvolver materiais de treinamento e currículo sobre Edição do Genoma (GEd), à produzir o material de treinamento e currículo que vai facilitar a apropriação e, apoio à domesticação efectiva e uso de Biotecnologia Moderna e, de ferramentas de Edição do Genoma em particular, para ajudar na optimização da Agricultura em África.

A exortação foi lançada na segunda-feira (27 de Junho de 2023), em Maputo, durante a Cerimónia de Abertura da Reunião do Grupo de Especialistas para Desenvolver Materiais de Treinamento e Currículo sobre GEd, evento organizado pelo Centro de Excelência em Ciência, Tecnologia e Inovação da AUDA-NEPAD, em coordenação com o Centro Nacional de Biotecnologia e Biociências (CNBB), a contra-parte moçambicana nesta iniciativa continental.

O objectivo da Iniciativa GEd é promover uma compreensão mais ampla da Biotecnologia moderna, pelos diferentes grupos de partes interessadas por meio da comunicação e advocacia para uma melhor aceitação da ferramenta para otimizar a Agricultura em África e,



Moçambique faz parte dos países em que a iniciativa será implementada na fase piloto. Isso inclui apoio para alcançar os principais resultados do desenvolvimento, como adaptação às mudanças climáticas, redução da pobreza e melhoria dos sistemas alimentares para melhorar os meios de subsistência.

Segundo o ministro, o sucesso da adopção da tecnologia na Agricultura depende muito do conhecimento dos produtores sobre as condições agronómicas e climáticas e, da aceitação pelos consumidores e cumprimento dos marcos regulatórios do país. Deste modo, uma tecnologia não pode ser vista isoladamente, mas, precisa ser contextualizada considerando as configurações sócio-culturais das sociedades.

“O Governo da República de Moçambique tem a certeza de que o material que será elaborado neste encontro de especialistas, facilitará a adopção da GEd nos nossos países, que por sua vez permitirá a construção da capacidade institucional para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) usando esta ferramenta, transferência e adopção de tecnologia fortalecidas, que vai resultar numa utilização mais eficiente da capacidade de inovação para desenvolver produtos biotecnológicos, bem como ao aumento

da produção e produtividade na Agricultura”, salientou o ministro.

Em adição, a GEd tem um enorme potencial de benefícios na Agricultura, estando directamente ligada às metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS 2030), como sejam, de Erradicação da Fome e Agricultura Sustentável (ODS 2), de Consumo e Produção Sustentáveis (ODS 12), de Acção contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), de Vida Marinha (ODS 14) e de Vida Terrestre (ODS 15).

É neste contexto, que dando seguimento às acções visando a implementação de GEd em Moçambique, uma equipe de Especialistas, Cientistas, Formuladores de Políticas e Representantes dos Meios de Comunicação Social elaborou uma Estratégia de Comunicação e Advocacia que será um importante instrumento à ser usado para integrar, capacitar, divulgar e dar suporte de forma efectiva aos principais intervenientes e, partes interessadas sobre a aplicação da GEd na Agricultura em Moçambique.

Aliás, devido a pressões demográfica e climática que se têm registado nos últimos anos, a indústria alimentar tem enfrentado grandes desafios para o incremento da produção e produtividade. Pesquisas da área de Biotecno-

REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
O Nosso Maior Valor é a Vida

**Tens Dúvidas Sobre Coronavírus?**  
**Consulte GRÁTIS**

**PENSA**  
PLATAFORMA EDUCATIVA DE INFORMAÇÃO SOBRE A SAÚDE  
\*660#

**ou Ligue GRÁTIS para o**

Alió Vidal 84146 | vodacom 82149 | tmcel 1490

# Maputo



logia, principalmente a Moderna, têm dado uma contribuição significativa, sobretudo na melhoria dos produtos e práticas agrícolas, desenvolvendo variedades capazes de produzir alimentos com alto teor nutricional, tolerantes aos diversos tipos de stresses bióticos e abióticos, além de gerar oportunidades empresariais e emprego para as comunidades.

Importa recordar, que a participação de Moçambique na Iniciativa sobre GED, da qual fazem parte oito países da África Ocidental, Oriental e Austral, nomeadamente, Burkina Faso, Gana, Nigéria, Etiópia, Quênia, Malawi, Moçambique e Zimbabwe, iniciou em Moçambique, com a realização do Workshop de Lançamento e de Engajamento do Governo de Moçambique, de Quadros de alto nível de diferentes Ministérios, Instituições de Investigação e Instituições de Ensino Superior, identificados como partes interessadas e relevantes para esta iniciativa.

## M-Pesa e Grupo Transcom assinam memorando de entendimento

(Maputo) A Vodafone M-Pesa, subsidiária da Vodacom Moçambique, e o Grupo Transcom – gestora do Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC) e do Instituto de Transportes e Comunicações (ITC) assinam, esta quinta-feira, 29 de Junho, em Maputo, um memorando de entendimento que vai assegurar que os utentes do ISUTC e do ITC passem a efectuar o pagamento de diferentes serviços através da plataforma M-Pesa. A cerimónia terá lugar às 09h00, no 13º andar do edifício-sede da Vodacom Moçambique, sito na Rua dos Desportistas, no 659, Cidade de Maputo.

## Jaime Langa lança o livro “Ideias Soltas” na UP Maputo

(Maputo) A Universidade Pedagógica do Maputo, vai acolher na próxima Quinta-Feira, 29 de Junho pelas 16H00, na sala dos Actos Grandes, Biblioteca Central ao lançamento da

### SUA ASSINATURA VALE OURO EM 2023

**Na busca da Verdade, Verticalidade e Manutenção de Decência, publicamos mais de 10 artigos entre notícias, análises e opinião de Segunda-Feira. Um jornalismo profissional que fiscaliza o Poder Executivo, Legislativo e Judicial. Veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância no quotidiano, nas redes sociais e traça uma linha clara entre a verdade e a mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo. Assinaturas mensais: - ordinária: 1.500 Mt; institucional: 2.000 Mt; embaixadas e ONGs estrangeiras: 2.100 Mt e Agências de Comunicação e Publicidade; 2.900 Mt e outras moedas ao câmbio do dia. Ajuda a Erguer um projecto que prima pela Verdade, Verticalidade e Manutenção de Decência, há mais de 20 anos.**

## Notícias Breves

**(Maputo)** O Conselho Islâmico de Moçambique exorta a sociedade a abdicar-se de interesses pessoais, de forma a salvaguardar o bem-estar comum. O presidente da agremiação, Sheikh Aminuddin Muhammad, que fez o apelo esta quarta-feira, por ocasião da celebração do Eid AL Adha, disse que os conflitos que surgem em diferentes áreas da sociedade, resultam de interesses pessoais e ideológicos. Sheikh Aminuddin Muhammad reiterou o apelo para que as forças políticas do país continuem a apostar no diálogo para resolver diferendos.

**(Maputo)** Termina nesta quinta-feira (29 de Junho), o processo de Monitoria do Projecto "CONNECT" sobre "Reabilitação Baseada na Comunidade" para pessoas com deficiências, nos distritos de Chiure e Metuge, na província de Cabo Delgado. A iniciativa decorre desde o passado dia 20 e é implementada por um consórcio liderado pela organização não-governamental Light for the world, integrando uma consultora alemã e dois técnicos das direcções provinciais do Género, Criança e Acção Social de Sofala e Cabo Delgado. A "Reabilitação Baseada na Comunidade" é uma ferramenta que proporciona atendimento a pessoas com deficiência no seu domicílio, colocando perto os serviços fisioterapêuticos.

**(Maputo)** O magistrado sorteado para julgar o processo autónomo das dívidas não declaradas movido contra o ex-Ministro das Finanças, Manuel Chang, é o juiz César Zunguze, da 8.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo. Além de Chang, o processo inclui três ex-gestores do Banco de Moçambique (BM) indicados de envolvimento na fraude de cerca de 2,7 mil milhões de dólares. De acordo com o Notícias, que cita fonte próxima ao assunto, a data para início do julgamento ainda não foi marcada, e, por agora, Zunguze está a familiarizar-se com os documentos do processo. No processo, com o número 536/P/2019, Chang é acusado pela prática dos crimes de violação da legalidade orçamental, corrupção passiva para acto ilícito, abuso de cargo ou função, associação para delinquir, peculato e branqueamento de capitais. Os três ex-gestores do BM são acusados de abuso de cargo ou função por terem autorizado a viabilização das dívidas, legais. Como resultado das investigações do processo autónomo, o Ministério Público já recuperou em dinheiro sete milhões de dólares e 62,1 milhões de meticais e um imóvel, adquirido a 850 mil dólares na cidade de Maputo. Manuel Chang está detido na África do sul desde Dezembro de 2018, na sequência de um mandato de busca e captura emitido pelos Estados Unidos.

**(Maputo)** A artista cubana Marlenis MPlumas apresenta desde esta quarta-feira, a exposição individual intitulada "DePenArte IV", na Galeria do 1º andar na Fundação Fernando Leite Couto. Em "DePenArte IV", a artista apresenta obras na qual pretende passar a mensagem que as aves são criaturas cheias de esplendor e delicadeza e que na sua plumagem mora a diversidade, beleza e o encanto. Em nota de imprensa, a curadora Yolanda Couto explica que Colando penas sobre tela, em longas horas de entrega criativa, Marlenis mostra-nos "um mundo cheio de fantasia num estilo pessoal, único e elegante. Nesta exposição da IV edição de "DePenArte", Marlenis apresenta novos trabalhos com destaque no aperfeiçoamento técnico e mais criatividade artística usando a cor penas para obter efeitos cromáticos e dar espaço ao seu gosto. De nacionalidade cubana e a residir em Maputo, Marlenis Prades Fabret, (1965) de nome artístico Marlenis MPlumas, especializou-se em Educação Especial e Inovação Tecnológica. Participou em 6 exposições colectivas e 7 exposições individuais. As suas obras encontram-se com colecionadores privados em países como Cuba, Moçambique, Venezuela, Canadá, Itália, Suíça, Alemanha e EUA. Nos últimos anos foi terapeuta ocupacional e promotora cultural de artes plásticas com oficinas de criação artística para crianças com deficiência, promovendo o talento criativo e a inserção social e laboral independente.

Obra do Empresário e Escritor Jaime Langa, intitulada "Ideias Soltas".

A cerimónia do livro vai ser testemunhada por várias individualidades com destaque para o corpo diplomático acreditado em Moçambique, empresários, políticos, estudantes, sociedade civil, e demais convidados.

A obra foi prefaciada pelo antigo Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse e Posfácio feito pelo académico Elísio Macamo.

Muito agradecemos a cobertura do

evento e a divulgação desta informação pelos meios de comunicação social.

#### **JAIME LANGA**

Jaime Patrício Simião Langa, Nasceu no dia 8 de Fevereiro de 1969, Posto administrativo de Chidenguele, distrito de Mandlakaze, província de Gaza.

Estudou Mestrado em Direito empresarial pela Universidade Nova de Lisboa em coordenação com o ISCTEM, Bacharel em contabilidade e auditoria pelo Instituto de Economia e Finanças

de Minsk – Bielorrússia, antiga URSS.

Actualmente é Director-Geral da Maxmedia, Lda – Empresa proprietária da Revista Negócios, é assessor em Desenvolvimento de Negócios na Liga Moçambicana de Futebol, foi Vereador do Pelouro de Actividades Económicas e Serviços no Município da Cidade da Matola, foi Assessor de Negócios do CEO do Ecobank, de 2013 a 2016 foi Director editorial do Jornal notícias.

(redacção)

## **O Pensamento de: MISA Moçambique \***

**DIREITOS DIGITAIS EM MOÇAMBIQUE - UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DAS OPERADORAS DAS TELEFONIAS MOVEIS:**

### **Estudo do MISA denuncia políticas e práticas contrárias aos Direitos Humanos no sector de telefonia móvel em Moçambique**

**- Este relatório constitui uma avaliação das políticas e grau de transparência das empresas moçambicanas de telecomunicações.**

**O relatório baseia-se na Metodologia do Índice de Ranking dos Direitos Digitais (RDR) como instrumento para a avaliação das políticas e práticas da Vodacom, da Tmcel e da Movitel, as principais empresas de telecomunicações de Moçambique. A metodologia do índice RDR recorre a três categorias: governação; liberdade de expressão e de informação; e privacidade. Para esta pesquisa, recorremos a 15 indicadores.**

**O relatório deverá contribuir para criar um melhor entendimento sobre a importância do respeito, promoção, e protecção dos direitos humanos no sector das telecomunicações, em conformidade com as disposições da Constituição da República de Moçambique. O nosso objectivo na recolha e apresentação das nossas conclusões visa influenciar as políticas do Estado e corporativas, e ao mesmo tempo informar os cidadãos sobre os seus direitos e dos riscos resultantes da incapacidade das empresas de telefonia móvel de desenvolver e implementar políticas baseadas no respeito pelos direitos humanos.**

**As políticas e práticas da Vodacom, Movitel e Tmcel não são suficientes em todos os três indicadores. Constatações específicas mostram discrepâncias nas políticas, na governação e na transparência entre as empresas-mãe e as suas subsidiárias locais. Constatamos uma falta de transparência e de compromisso para com os princípios dos direitos humanos da parte da Vodacom, que é uma empresa multinacional, apesar de a empresa-mãe ter declarado o seu compromisso para com os direitos humanos no Reino Unido, a sua principal sede. A Movitel é propriedade da Viettel, uma empresa de telecomunicações do Vietname, acusada de abusos dos direitos humanos; os seus compromissos para com a privacidade e transparência são inadequados. A percepção geral é de que estas empresas operam num ambiente de impunidade e de ausência de um sentido de prestação de contas -**

O MISA Moçambique lançou, esta terça-feira (13), em Maputo, o relatório de pesquisa sobre práticas e políticas do sector da telefonia móvel no mercado moçambicano -Vodacom, Tmcel e Movitel.

O documento, que analisa questões de governação empresarial, Liberdade de Expressão e de Informação, e a privacidade dos usuários das operadoras de telefonia móvel, aponta a prevalência de discrepâncias nas políticas, na governação e na transparência entre as empresas-mãe e as subsidiárias locais das operadoras. Um dos exemplos é a falta de transparência e de compromisso para com os princípios dos direitos humanos da parte da Vodacom, apesar de a empresa-mãe (Vodafone) ter assumido tal compromisso no Reino Unido, a sua principal sede.

Por seu lado, a Movitel, propriedade da Viettel, uma empresa de telecomunicações do Vietname, demonstra fraco compromisso para com a privacidade e transparência, operando, de acordo com o estudo, num ambiente de impunidade e de ausência de um sentido de prestação de contas.

Apesar deste quadro problemático, a Vodacom demonstra um melhor desempenho do mercado, dado que as suas políticas fazem referência aos padrões internacionais dos direitos humanos, e estão explicitamente comprometidas com a liberdade de expressão e o direito à privacidade.

Paradoxalmente, a Movitel e a Tmcel são os piores neste capítulo.

Uma das áreas mais progressistas, refere o estudo, são as três plataformas de carteiras móveis - M-PESA da Vodacom, m-Kesh da Tmcel e eMola da Movitel, que disponibilizam nas suas páginas da internet os seus termos e condições em língua local, o que facilita a sua compreensão. Este cenário pode reflectir o rigor exigido pelas instituições reguladoras do sistema financeiro como o banco central, cenário pouco verificável ao nível da autoridade reguladora das comunicações.

#### **CONCLUSÕES**

Empresas multinacionais têm a responsabilidade de implementar declarações de políticas e das suas estruturas de governação sobre direitos humanos porque os seus interesses comerciais transcendem várias geografias com um significativo impacto. A sua conduta deve, por isso, ser consistente em todos os países. Por exemplo, na tabela classificativa do relatório do RDR Telco de 2022, o Grupo Vodafone obteve 100 por cento no capítulo sobre o compromisso e políticas de governação e supervisão gerencial,62 mas a sua subsidiária, Vodacom Moçambique, não demonstra qualquer compromisso para com os direitos humanos e não disponibi-



liza qualquer informação sobre os seus sistemas de governação e de supervisão gerencial.

A conformidade do Grupo Vodafone quanto aos princípios sobre direitos humanos deve manter-se consistente em países onde o respeito pelos direitos humanos está em declínio. A queda de Moçambique nos índices sobre a liberdade de expressão e respeito pela privacidade sugere que está a usar plataformas da Vodacom para fins de vigilância em massa.

Os índices de pesquisa da Vodacom demonstram a sua disponibilidade de fingir ignorância quanto a práticas potencialmente ilegais com a cumplicidade da sua empresa mãe, o Grupo Vodacom. Estas constatações sugerem ainda que as companhias multinacionais operam de formas diferentes em jurisdições que elas possam julgar ou ver como geografias de impunidade, em comparação com os seus domicílios, onde os reguladores podem exigir que primam por padrões mais altos.

A Tmcel e a Movitel têm um fraco desempenho em todos os indicadores, o que mostra que as duas empresas têm um interesse limitado na defesa dos direitos humanos e prestação de contas nos seus serviços. Dado que a Tmcel e a Movitel são propriedade do governo e do partido no poder, respectivamente, a sua incapacidade de se conformar com princípios das Nações Unidas cria uma percepção de cumplicidade na violação dos direitos humanos. As duas empresas são vulneráveis a interferências do governo e do partido no poder por via de pedidos ilegais, tais como aceder à informação pessoal dos clientes sem terem de recorrer a ordens judiciais, ou para a imposição de desligamentos da rede de internet.

A Tmcel é vulnerável à interferência do Estado, dado que aceitou resgate do governo quando se viu obrigada a ter de escolher entre o resgate financeiro do Estado e a privatização ou enfrentar a insolvência.<sup>63</sup> Um resgate do governo não colocaria em causa a capacidade de uma empresa de respeitar os direitos dos seus clientes, se ela tivesse em prática políticas para a protecção dos clientes, mas este não é o caso.

Os índices da Movitel são também preocupantes. A empresa é propriedade da Viettel, que é uma multinacional vietnamita militar de telecomunicações com presença em mais de 11 países. Em nenhum destes 11 países a Viettel disponibiliza informação sobre o seu compromisso na defesa dos direitos humanos, assim como não são conhecidas as suas estruturas de governação e de supervisão gerencial.

A empresa tem sido alvo de acusações credíveis quanto ao seu envolvimento na violação dos direitos humanos em Mianmar. O contexto político e económico de Moçambique cria as bases para idênticas alegações, especialmente tendo em conta o conflito em Cabo Delgado e a probabilidade de a Movitel ter sido usada para a violação dos direitos humanos sob pretexto de estar a defender causas legítimas, tais como por exemplo, a segurança do Estado. Como empresa mãe, a Viettel nunca apresentou objecções quanto ao uso da Movitel para esses fins. Há preocupações válidas e legítimas de que a empresa pode estar a conspirar com o partido no poder e com as autoridades do governo de Moçambique para comprometer os direitos fundamentais dos seus clientes.

## RECOMENDAÇÕES

Uma vez que chegamos às mesmas conclusões em relação a todas as empresas sujeitas à avaliação neste documento, apresentamos as recomendações abaixo sem qualquer distinção. As nossas recomendações para outros actores - sociedade civil, utentes e entidades reguladoras - são apre-

sentadas em separado.

## RECOMENDAÇÕES PARA AS EMPRESAS/COM-PROMISSO DE POLÍTICAS

O Grupo Vodafone e a Viettel devem considerar a necessidade de enquadramento público dos seus compromissos em relação aos direitos humanos para todas as suas subsidiárias, com variações apenas no que respeita às leis nacionais de cada país onde operam, e em conformidade com os mecanismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

A Tmcel deve divulgar o seu compromisso de políticas de respeito pelos direitos humanos.

As estruturas de gestão e de supervisão gerencial da Tmcel, da Vodacom e da Movitel e das suas subsidiárias devem ser claramente disponibilizadas nas suas páginas da internet e constantes dos documentos relevantes das empresas, tais como os seus relatórios anuais.

Todas as empresas devem produzir uma clara declaração sobre os seus protocolos no que respeita ao uso de sistemas algorítmicos. Estas declarações devem estar alinhadas com os compromissos internacionais sobre os direitos humanos.

A Movitel em Moçambique deve publicar uma declaração reiterando o seu compromisso quanto aos direitos humanos e ser transparente sobre as suas estruturas de governação e de supervisão gerencial. Isto pode contribuir para aliviar receios de que a Movitel é cúmplice com a violação dos direitos humanos.

O Grupo Vodafone não deve servir de cobertura para a Vodacom, permitindo que esta use a credibilidade da sua empresa mãe para se furtar das suas obrigações num país com um fraco regime regulatório.

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO

Os termos de serviço devem ser facilmente acessíveis aos utentes quando estes se registam para aceder aos vários serviços. Esta informação deve ser visível e acessível na página da internet e partilhável através de plataformas relacionadas.

A Vodacom, a Tmcel e a Movitel devem desenvolver um acesso mais abrangente aos termos e condições para os seus serviços de pré-pago e pós-pago. Mudanças nas condições e termos de serviços devem ser documentadas e colocadas num registo acessível.

Termos e condições de serviço existem para os serviços de carteira móvel de todas as empresas - M-PESA, mKesh e e-Mola, provavelmente porque esta componente está no melhor interesse da entidade reguladora do sistema financeiro, o Banco de Moçambique. Mas estas políticas devem ser sujeitas a uma revisão. Por exemplo, os termos e condições do e-Mola incluem vagas disposições tais como suspensão de serviços por razões fora do controlo da empresa; esta formulação abre espaço para outras violações, tais como restrições de conteúdos, desligamento da internet, pedidos de dados ilegais por parte de entidades do Estado, e acesso por terceiros.

A Vodacom, a Movitel e a Tmcel devem destacar a forma como identificam contas que no seu entender poderão estar a violar as suas regras, como as empresas usam sistemas algorítmicos para detectar conteúdos que possam violar as suas regras; e como elas comunicam com as autoridades do governo ou entidades privadas.

A Vodacom, a Tmcel e a Movitel devem ser transparentes sobre os seus protocolos na resposta a exigências governamentais para a restrição de conteúdos e como elas respondem a ordens judiciais ou conformam com pedidos de agências estrangeiras e internacionais, seja para fins regulatórios ou de lei e ordem.

A Vodacom, a Tmcel e a Movitel devem publicamente disponibilizar informação sobre as circunstâncias em que serviços podem ser interrompidos por motivos de manutenção de rede ou desligamentos.

### **PRIVACIDADE**

A Vodacom, a Tmcel e a Movitel devem desenvolver políticas de privacidade simples e fáceis de compreender para todos os seus produtos na linguagem primária local. As políticas devem ser facilmente acessíveis e partilháveis de outras plataformas a elas associadas.

Para além de manter um registo das suas alterações, as empresas devem directamente notificar os clientes sobre estas alterações. O compromisso de notificar os clientes deve ser explicitamente declarado nas políticas de privacidade dos produtos da Vodacom, da Tmcel e da Movitel.

A colecta de informação sobre os clientes deve ser feita dentro de um quadro claramente definido, com limitações quanto ao que é colectado como relevante e necessário. Os clientes devem ter controlo ou acesso à informação que a empresa recolhe, incluindo o conhecimento sobre quando é que a informação é partilhada com terceiros.

A partilha de informação dos clientes é inevitável, mas tal nunca deve ser feito às expensas do direito do cliente à privacidade e à protecção dos seus dados. A Vodacom, a Movitel e a Tmcel devem tornar públicos os nomes e a identidade de terceiros com acesso à informação dos clientes e os propósitos para os quais tal informação é partilhada.

A Movitel, a Tmcel e a Vodacom devem publicar regularmente relatórios sobre a transparência, divulgando o número de pedidos do governo sobre informação dos clientes.

Esta prática não é novidade para empresas multinacionais tais como o Grupo Vodafone; não há motivo para tratar os clientes de forma diferente, com base na sua localização.

### **RECOMENDAÇÕES À SOCIEDADE CIVIL**

A sociedade civil moçambicana deve considerar as seguintes recomendações. Compromissos de políticas: através de associações de defesa do consumidor ou outras relevantes, a sociedade civil deve defender que a Vodacom Moçambique, a Movitel e a Tmcel adoptem nas suas políticas princípios sobre os direitos humanos, em conformidade com a legislação nacional e o direito internacional, incluindo directrizes sobre negócios e direitos humanos. Os relatórios anuais das empresas devem disponibilizar informação sobre a sua implementação de padrões dos direitos humanos e comités de supervisão executiva e gerencial.

Liberdade de expressão e de informação: a sociedade civil deve defender que o livre acesso aos termos e condições de serviços esteja em conformidade com os padrões internacionais dos direitos humanos e a Constituição da República de Moçambique, e estejam incluídos nas políticas das empresas. As empresas devem tornar públicos compromissos de que não irão implementar interrupções e desligamentos ilegais das suas redes.

Privacidade: a sociedade civil deve defender a adopção de legislação sobre a protecção de dados e práticas que estejam em conformidade com a Constituição. Tal poderá incluir a elaboração de uma lei alternativa ou de defesa da protecção de dados como forma de lançar um debate nacional sobre a importância de implementar uma legislação que promova a protecção de dados, em conformidade com as relevantes disposições da Constituição.

### **RECOMENDAÇÕES PARA AS ENTIDADES REGULADORAS**

Compromissos de políticas: as entidades reguladoras devem insistir que empresas globais desenvolvam as suas actividades em conformidade com a sua conduta noutras jurisdições onde elas aplicam compromissos de respeito pelos direitos humanos. Onde for necessário, o parlamento deve procurar impor estes padrões através de mecanismos legais para evitar que as empresas tentem recorrer à legislação de outros países para se defenderem.

Liberdade de expressão e de informação: a capacidade das entidades reguladoras de proteger os direitos dos consumidores depende do livre acesso aos termos e condições de serviços; isto também pode contribuir para facilitar quaisquer mecanismos de regresso ou de resolução de conflitos.

Os reguladores devem exigir a publicação dos termos e condições em posições claras e visíveis, como parte das leis de protecção de clientes, e pode também ser enquadrado nos mecanismos de regulação para os operadores de telecomunicações.

Privacidade: as entidades reguladoras devem exigir a protecção da informação dos utentes. Devem também insistir que terceiros sejam divulgados, como forma de minimizar a coisificação e abuso de informação pessoal que muitas vezes resulta na violação da privacidade dos utentes, criando campo fértil para o uso criminoso de dados pessoais. O parlamento deve aprovar uma lei sobre a protecção de dados.

## **FACIM 2023: 2.500 expositores nacionais e estrangeiros, 25 países, 450 empresas estrangeiras, 10 pavilhões e espaços livres**

(Maputo) O Ministério da Indústria e Comércio, através da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações, IP (APIEX, IP) realiza de 28 de Agosto à 3 de Setembro de 2023 a 58ª Edição da Feira Internacional de Maputo – FACIM 2023, no Centro Internacional Feiras e Exposições de Ricatla, Distrito de Marracuene, Província de Maputo.

Sob o lema: Diversificação da Economia Nacional no Contexto da Integração Continental, a 58ª edição da FACIM vai expor as potencialidades do país para produção e exportação, bem como

promover oportunidades de negócio e de investimento nos diversos segmentos de actividade económica.

A Feira constitui uma plataforma para intercâmbio e cooperação, e terá uma série de actividades, que incluem exposições, seminários, sessões de promoção e bolsas de contacto. Durante estas sessões serão abordados, entre outros, os seguintes temas: Acesso ao Mercado Americano, no âmbito da Lei de Crescimento de Oportunidade para África (AGOA); Acesso ao Mercado Europeu, através do Acordo de Parceria

Económica – SADC/APE e UE; Acesso ao Mercado Regional da SADC, através do Protocolo Comercial da SADC; Acesso aos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento – Livre de Quota e Direitos (China, Índia, Brasil, Coreia do Sul – no âmbito da OMC).

Paralelamente, a presente edição da FACIM 2023 destaca algumas inovações como: o novo pavilhão da lusofonia (CPLP); o pavilhão do sector agropecuário; o pavilhão do desporto e apresenta uma nova modalidade de promoção.

Prevê-se que a 58a Edição da FACIM 2023 atraia mais de 2.500 exposidores nacionais e estrangeiros, cerca de

25 países e 450 empresas estrangeiras, distribuídos em 10 pavilhões e espaços livres. Estão convidados a participar na

feira todos sectores económicos, associações económicas, empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras

## APESAR DOS ESFORÇOS:

*País ainda se encontra vulnerável aos eventos extremos*

(Maputo) A presidente do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), Luísa Meque, dirigiu nesta terça-feira a cerimónia de abertura da capacitação sobre dados relativos a perdas causadas por desastres, monitoria do Sendai e análise de dados espaciais, na cidade de Maputo. Meque frisou que, apesar de esforços e avanços, muito ainda precisa de ser feito para a redução da vulnerabilidade do país, através da adaptação e criação da resiliência aos eventos extremos.

No decorrer do evento, Luísa Meque avançou que Moçambique se encontra na terceira posição dos mais expostos aos desastres relacionados com o clima no seio dos países africanos, razão que forçam o país a adoptar acções com vista a enfrentar os eventos extremos e desastres que ciclicamente nos afectam e destroem infra-estruturas sociais e privadas.

“O nosso país tem estado a levar a cabo uma série de acções no concernente ao cumprimento das metas do quadro de Sendai, a título de exemplo, desenvolveu um pacote de instrumentos de política e quadro legal para a redução do risco de desastres, entre estes, destacam-se o Plano Director de

Redução do Risco de Calamidades, a Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres, Estratégia dos Comitês Locais de Gestão do Risco de Desastres, Fundo de Gestão de Calamidades entre outros”, referiu.

A situação exige também do país a mobilização de recursos para desenvolver acções com mais robustez, o que resultará em resiliência. No entanto, aos olhos de Meque, é necessário criar capacidade local para melhor análise das vulnerabilidades, mapeamento ao detalhe das áreas de risco e a contabilização das perdas e danos causados por eventos extremos.

“Precisamos ainda de capacidades locais para monitorarmos a nossa evolução no concernente ao cumprimento das metas do quadro de Sendai, de forma contínua e consistente”, acrescentou.

### LUÍSA MEQUE AGRADECE APOIO DO PNUD

Por outro lado, a presidente do INGD manteve esta quarta-feira, 28 de Junho, um encontro de cortesia com a representante do PNUD em Moçambique, Christy Ahenkora. Na ocasião, que também serviu para entrega de equipamento ao INGD pelo PNUD, Luísa

Celma Meque agradeceu o apoio que esta agremiação das Nações Unidas tem fornecido ao País.

“Queremos em primeiro lugar saudar a Sra. Christy Ahenkora, Representante Residente do PNUD em Moçambique, pelo esforço que têm demonstrado no apoio às diversas iniciativas do Governo, em particular no Sector de Gestão e Redução do Risco de Desastres em Moçambique”, disse Luísa Celma Meque, destacando a “cooperação saudável” no quadro da implementação do projecto de Capacitação Institucional do Governo e das Comunidades para a Resiliência aos Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Luísa Celma Meque destacou igualmente o apoio prestado no âmbito da elaboração do do Relatório Intermédio do Quadro de Sendai, bem como pelo suporte garantido para que Moçambique participasse na Reunião de Alto Nível de Revisão do Quadro de Sendai.

As duas instituições continuarão a trabalhar juntas no novo projecto, denominado “Promoção de Resiliência aos Desastres e da Coesão Social no Centro e Norte de Moçambique (2023 - 2026)”,

continua pag. 14

## CONFERÊNCIA MULHER NA ECONOMIA:

*“Este é um espaço criado para eliminar a estigmatização e a ideia que se tem de que o rosto da mulher é rosto da pobreza”*

(Maputo) A Conferência anual Mulheres na Economia, é um evento promovido pela FDC, visando discutir caminhos e alternativas para autonomia e resiliência económica das mulheres.

Na ocasião, a Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Graça Machel defendeu que a mulher é uma gestora eximia pois, com o pouco que tem ela consegue sustentar a sua casa e educar os filhos. É das mãos desta mulher que se formam médicos, professores, ministros, doutores e tantos outros profissionais que contribuem para o crescimento do país, apelando para a sociedade no sentido trabalhar para remover a imagem que o rosto da mulher representa a pobreza.

Por exemplo, são vários os estudos, credíveis, que nos últimos tempos tem vindo a destacar a importância da participação da mulher na economia, ou seja, as mulheres representam, hoje, globalmente, 49,6% da população total, 66% das mulheres desempenham todo o trabalho existente mundo, produzem 50% de toda a comida, mas apenas são 40,8% da mão-de-obra do sector formal, recebem apenas 10% do rendimento, e são donas de 1-2% da propriedade.

Há ainda o facto de as mulheres prestarem o seu rosto para a representação da pobreza. Mulheres e meninas sofrem desproporcionalmente do fardo da pobreza extrema – constituem 70% das 1.5 mil milhões de pessoas vivendo

com menos de um dólar por dia.

Há mais: fora do sector agrícola, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, as mulheres continuam a ganhar menos de 78% do salário pago a um homem pelo mesmo trabalho.

Está oficialmente contabilizado que, aproximadamente 187 milhões de mulheres empreendedoras a nível mundial, detêm pelo menos 32-39% de todas as empresas privadas na economia formal.

No contexto moçambicano, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), 32,6% dos agregados familiares rurais onde se concentra a maior parte das famílias moçambicanas (80%) são chefiadas

por mulheres, que geralmente estão em desvantagens em termo de acesso de recursos para produção e são vulneráveis a efeitos económicos adversos. Cerca de 3,8% das mulheres estão nas actividades informais, 2,2% frequentam o ensino superior, e 3,6% das melhores estão empregues no sector doméstico.

São argumentos bastantes para que se esteja a assistir, também localmente, (Moçambique), uma espécie de corrente pela inclusão económica da Mulher. A mais recente realização, nessa perspectiva, foi a conferência “Mulheres na Economia”, organizado pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), que levou como lema, “forjando caminhos e alternativas para autonomia e resiliência económica das mulheres”. A ideia da FDC é criar um movimento com acções de seguimento, propostas de soluções concretas e mudança de narrativa, saindo do discurso de vitimização e luta pelos direitos latos para uma abordagem de participação e inclusão da mulher na economia.

A conferencia que teve lugar na terça-feira(27/06), em Maputo, Graça Machel, líder desta organização da sociedade civil, observou ser inequívoco que Moçambique é uma referência em África em matérias de inclusão das mulheres, mas admitiu ser necessário, ainda, impulsionar a força da mulher na economia. Graça Machel desafiou as mulheres moçambicanas a exercerem um papel activo nas indústrias de manufactura, agro-indústria, e a construir empresas que agreguem valor.

Geraldina Juma, Directora Nacional de Género, mencionou o Programa Nacional de Empoderamento Económico da Mulher, levado a cabo pelo Governo, como sendo um instrumento que promove o acesso das mulheres à formação,

## continuação da pag.2

interessada em trabalhar, isto deve ser continuação da greve.”

A constatação que tirámos deste cenário reside no argumento de que a greve dos profissionais de saúde continua, porém de forma silenciosa. Não faz sentido que se esteja a trabalhar desta forma, como se meramente se estivesse a fazer um favor aos utentes, como se os centros hospitalares fossem propriedade privada de alguém. Como OCS, exigimos que as entidades responsáveis pela fiscalização das unidades sanitárias pronunciem-se, levando a cabo um trabalho de monitoria para apurar os factos aqui narrados, de modo que as pessoas envolvidas na deturpação dos serviços sejam devidamente responsabilizadas. Não podemos continuar a ter um Siste-



ao emprego e aos recursos produtivos, por forma a combater as desigualdades históricas entre mulheres e homens.

Geraldina Juma destacou que em 2022, 43% dos 4243 títulos de Direito Uso Aproveitamento de Terra (DUAT) foram atribuídos a mulheres da produção agrícola, e também foram assistidas cerca de 551.238 mulheres para produção agrícola. Juma falou também do programa “Emprega” sobre o qual revelou que 50 empresas de jovens beneficiaram de financiamento através da componente do plano de negócio dos quais 25 foram mulheres, o que representa uma participação feminina na ordem de 50 %. No entanto, apesar dos avanços destacados, admitiu a persistência de desafios no acesso aos recursos produtivos aos serviços financeiros, devido a níveis baixos de inclusão financeira da mulher como corolário de, entre outros factores, os baixos níveis de literacia financeira.

Alta – Comissária do Canadá Sara Nicholss, uma das intervenientes na Conferência, destacou a capacitação

das mulheres e a promoção da igualdade de género nas esferas social e económica, considerando estes dois aspectos como sendo a garantia para a paz e a honra das mulheres.

Sara Nicholss, afirmou que quando as mulheres desenvolvem todo o seu potencial económico, quer seja na agricultura, liderança, inovação, gestão, e outras esferas, as economias prosperam em benefícios e crescimento. A Alta – Comissária do Canadá disse que o seu País, ao nível mundial, esta promover a capacitação económica das mulheres, apostando em áreas de formação em empreendedorismo no investimento avaliado em perto de 7 mil milhões de dólares canadianos o que corresponde a cerca de US\$ 5,4 mil milhões.

A diplomata disse ainda que o Canadá defende que os acordos comerciais da qual Moçambique é signatário devem ser inclusivos para assim salvaguardar o interesse das mulheres no comércio internacional.

*Cobranças ilícitas, morosidade e intimidações evidenciam possível greve silenciosa na saúde*

ma Nacional de Saúde (SNS) que funciona de acordo com regras de determinadas pessoas.

## HOSPITAL GERAL DE MAVALANE AGINDO À SANGUE FRIO

Nos serviços de maternidade, no Hospital Geral de Mavalane, os problemas são de toda a natureza, desde maus tratos, morosidade no atendimento e desrespeito da Carta dos Direitos e Deveres dos Doentes. Estas questões levam-nos a robustecer o argumento de que a greve manifesta-se silenciosamente, não faz sentido que um hospital desta magnitude – composto por especialistas nacionais e internacionais – esteja a funcionar a “meio gás.”

Alguns pacientes entrevistados pelo

OCS afirmaram ter permanecido na fila de espera por mais de oito horas. As gestantes sentavam-se longas horas nos bancos, sem saber se seriam admitidas para o trabalho de parto ou se seriam dispensadas para as suas residências até que estivessem devidamente maduras para entrar no serviço de parto. Os gritos das gestantes eram desoladores, mas, por outro lado, avistavam-se profissionais andando de um lugar para o outro, como se nenhum trabalho tivessem, alguns manejavam celulares e outros conversavam simplesmente.

“Os médicos e outros profissionais de saúde continuam em greve. Mas agora mudaram de estratégia. Simplesmente não atendem as pessoas ou atendem-nas de forma muito lenta.

Está tudo lento e entediante”, disse um homem dos seus trinta e poucos anos, que acompanhava a esposa

De acordo com este homem, “a morosidade talvez tenha que ver com os sucessivos atrasos salariais. O governo tem sido bastante moroso no pagamento de salários. Hoje, por exemplo, os funcionários do Estado estão a trabalhar, mas ainda não obtiveram os seus salários. Isso também pode estar a contribuir para o mau atendimento.”

Na enfermaria, onde se encontram as mulheres que já deram parto, ouvimos uma mulher que afirma ter sido

vítima da violência verbal e psicológica das parteiras.

“Os maus tratos são óbvios. Ameaçaram submeter-me à cesariana se não tirasse o bebé até às dezoito horas no máximo. Os enfermeiros estavam sem mais tempo para continuar a assistir-me, queriam sair mais cedo”, disse a recém-mãe.

“Há falta de aconselhamento psicológico”, acrescentou.

Ao longo da sua explanação, a nossa fonte narrou um episódio que envolve uma paciente que deu parto a um bebé sem vida.

“Ela simplesmente foi informada que o bebé estava morto. Foi tudo à sangue frio, sem conversa, sem eufemismo, sem nada”, afirmou.

A fonte revelou ainda que depois do parto, na enfermagem, não há nenhuma refeição para as pacientes, nem sequer uma chávena de chá ou um prato de sopa.

“A sopa e o chá apenas existem quando se está na sala de parto. O que significa que, sem uma refeição proveniente de casa, as pacientes permanecem famintas após terem estado na sala de parto”, sublinhou. \* (OCS)

continuação da pag.3

Interactive provê internet via satélite a todos os moçambicanos

### **EMBAIXADOR DOS EUA DEFENDE QUE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL TORNAR Á MOÇAMBIQUE MAIS COMPETITIVO A NÍVEL REGIONAL**

Uma das primeiras intervenções do dia inaugural da Feira de Tecnologias da MozTech, na Arena 3D, na Catembe, Cidade de Maputo, foi do Embaixador dos Estados Unidos da América em Moçambique, Peter H. Vrooman. Segundo defendeu o diplomata, a transformação digital em Moçambique é indispensável porque, assim, o país se tornará mais competitivo a nível regional.

Para Peter H. Vrooman, além de se desenvolver ao nível socioeconómico, com inovação tecnológica, Moçambique pode resolver os principais desafios de emprego e estimular desenvolvimento. Justamente por isso, o Embaixador dos Estados Unidos da América em Moçambique frisou que “É um grande prazer participar nesta 10ª edição da Moztech, que tem ajudado a promover tecnologias em Moçambique, na última década”, até porque o governo norte-americano reconhece o papel que a tecnologia desempenha ao nível económico.

Na manhã desta quarta-feira, inclusive, Peter H. Vrooman lembrou que o Presidente dos EUA, Joe Biden, lançou uma iniciativa tecnológica de transformação digital para África, ano passado, de modo a financiar o sector na capacitação digital com capacidade de estimular a literacia, os reguladores e

decisores.

Segundo Peter H. Vrooman, não obstante Moçambique ter potencial tecnológico para, através dessa área de investimento, gerar empregos aos moçambicanos, a inovação e a competitividade são palavras-chave que farão sentido se houver infra-estruturas.

### **APENAS 20% DE MOÇAMBICANOS TÊM ACESSO À INTERNET**

Apenas 20% de moçambicanos têm acesso a internet, segundo dados do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). Este dado sugere que há um mercado por explorar, como forma de garantir que mais moçambicanos tenham acesso a internet.

Foi no painel que discutiu “Inclusão Digital e Transformação Social” da MozTech que foram revelados dados sobre o acesso às comunicações, no geral, e a internet, em particular. Moçambique tem estado a registar crescimento no acesso aos serviços digitais. Tauha Mote, Presidente do Conselho de Administração (PCA) do INCM, disse que 20% de acesso a internet significa que há um mercado por explorar, sobretudo quando se fala no acesso a internet a custos acessíveis.

Os dados estatísticos indicam ainda que 50% dos 33 milhões de moçambicanos tem acesso a um telemóvel, sendo que as infraestruturas de rede móvel encontram-se disponíveis em 80% do

território moçambicano, o que indica que há zonas com rede móvel, mas cuja utilização é baixa ou inexistente.

O Director-Executivo da Interactive, Igor Frechaut, falou das vantagens do serviço de internet por satélite, VIVAnet, que estará disponível a partir do dia 1 de Julho próximo. O responsável enalteceu a rapidez, o acesso em qualquer parte do território moçambicano, em particular nas zonas recônditas e o custo baixo como vantagens do novo serviço de internet.

“Nós somos um país vulnerável ao impacto climático e muitas vezes as comunicações são afectadas, havendo corte das mesmas. Com a VIVAnet esta situação não se coloca e teremos a oportunidade de proporcionar serviços de comunicação de emergência, nos casos de interrupção de outras formas de comunicação”, explicou Igor Frechaut.

Michael Muth, do Departamento do Estado para o Comércio dos Estados Unidos de América, partilhou a contribuição para a materialização da inclusão digital em África, tendo feito menção a trabalhos realizados em Moçambique, Angola, África do Sul, Nigéria e outros países africanos.

Os painelistas falaram também da importância da educação para que os utilizadores de serviços digitais protejam-se dos ataques cibernéticos, protagonizados por piratas informáticos.

(O País)

## *Blantyre palco da XV Reunião da Comissão Conjunta de Defesa e Segurança Moçambique/Malawi*

(Maputo) Arrançou esta quarta-feira, 28 de Junho de 2023, na cidade de Blantyre, em Malawi, a XV Sessão da Comissão Conjunta Permanente de De-

fesa e Segurança entre as Repúblicas de Moçambique e do Malawi (CCPDS).

A Reunião ministerial, é antecedida da reunião dos peritos em matéria de

Defesa e Segurança dos dois países, onde especialistas do Sector de Defesa, da Segurança Pública e da Segurança do Estado discutem, em comités espe-

cializados, desafios mútuos em defesa e segurança.

A reunião de peritos, que iniciou esta quarta-feira com o termino agendado para esta quinta-feira, dia 29 de Junho, constitui uma plataforma única para a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes, abordando temas críticos como o combate ao terrorismo, migração ilegal, a segurança cibernética, a não proliferação de armas, a cooperação militar, entre outros.

O encontro de peritos foi presidido e co-presidido pelos Secretários Permanentes dos Ministérios da Defesa dos dois países, nomeadamente Erica Maganga, do Malawi e Casimiro Mueio de Moçambique.

Na ocasião, o dirigente moçambicano defendeu que a actual dinâmica global evidencia o quão crucial é a componente de defesa e segurança, em prol da prosperidade, segurança e

desenvolvimento no contexto nacional, regional bem como internacional.

Portanto, é oportuno e urgente que os dois países interpretem tais evidências de modo que, conjuntamente, possam envidar esforços para a devida e pronta intervenção.

A título de exemplo, Casimiro Mueio aponta os esforços empreendidos pelos parceiros de cooperação no âmbito do combate ao fenómeno do terrorismo na província de Cabo Delgado, Moçambique, onde o Malawi integra a Força de Intervenção da SADC.

“Graças à pronta intervenção dos parceiros, aos quais expressamos total gratidão, a situação militar em Cabo Delgado tende a melhorar, cada vez mais, não obstante a existência de focos isolados, o que permitiu o restabelecimento da ordem pública e regresso paulatino da população às suas zonas de origem”,

disse o dirigente moçambicano.

Para Casimiro Mueio, estes apoios de âmbito bilateral e multilateral, provenientes dos parceiros de cooperação, constituem um exemplo inequívoco da pertinência do estabelecimento de parcerias ou alianças militares com diversos actores, como é o caso da nossa Comissão Conjunta de Defesa e Segurança, fórum cuja implementação das suas decisões tem trazido ganhos para ambas as Forças de Defesa e Segurança.

Por seu turno, Erica Maganga, Secretária Permanente do Ministério da Defesa Do Malawi, os crimes transnacionais comprometem o bem-estar dos cidadãos dos dois países, daí que Moçambique e Malawi precisam trabalhar sempre em coordenação para melhorar a vulnerabilidade das fronteiras entre dois Estados.

## continuação da pag.11

*País ainda se encontra vulnerável aos eventos extremos*

e com o qual espera-se colher melhorias das capacidades locais para antecipar, prevenir e abordar riscos multidimensionais (Climáticos e de Conflitos).

### **LUÍSA MEQUE QUER RIGOR E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS**

A cada 23 de Junho, celebra-se o Dia Internacional da Função Pública, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Africana (UA). Pela ocasião, a presidente do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), Luísa Celma Meque, exigiu profissionalismo aos funcionários da instituição, com vista a alcançar ou a manter a boa imagem da mesma.

Este ano, as celebrações decorreram sob o lema “O Sucesso da Zona Continental de Comércio Livre Africana Requererá uma Administração Pública Ajustada ao seu Propósito para ser Bem-Sucedida”.

A presidente do INGD considera

que o sucesso da instituição que dirige reside na política de gestão rigorosa e transparente dos recursos públicos colocados à disposição.

A dirigente convocou os funcionários para uma profunda reflexão sobre aquilo que deve ser o contributo individual e colectivo para o bem do processo e do sistema de gestão e redução do risco de desastres em Moçambique.

Luísa Celma Meque apelou ao trabalho, exigindo dos funcionários da instituição um funcionamento baseado em critérios de produtividade, transparência, exigência e inovação. “Aos chefes recém-nomeados, recomendamos que, no cumprimento da vossa missão, representem devidamente a instituição em todos os momentos, que se apresentem com cordialidade, humildade, boas maneiras e que sejam o espelho da instituição”.

A presidente não quer irregularidades dentro da instituição, que por sua vez concorrem para uma má gestão de recursos confiados. Pelo contrário, exige contínua profissionalização dos quadros

da instituição. “Somos todos chamados a ser zelosos no desempenho das nossas actividades para que não cometamos erros administrativos e financeiros, não cometamos erros nos processos de aquisições, enfim, para que nos possamos orgulhar pela gestão exemplar do risco de desastres”.

Meque não deixou de dedicar uma palavra aos funcionários da instituição que vão à reforma, por força da Lei, que preconiza que “a reforma obrigatória por limite de idade abrange a homens e mulheres que tenham atingido 60 anos de idade”. Pediu aos funcionários e agentes do Estado abrangidos que regularizem a contagem de tempo para efeitos de aposentação para evitar possíveis transtornos quando chegar o tempo da forma. “Aos colegas que hoje passam a reforma, pedimos que guardem sempre em sua memória as boas histórias vivenciadas em nossa instituição. Para nós, vocês são a nossa biblioteca viva e, a qualquer momento, vamos solicitar o vosso saber”, concluiu.

# **MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PELA CELEBRAÇÃO DO EID AL-AD’HA**

Compatriotas!

Por ocasião da passagem do Eid-UI Adha, em nome do Povo e do Governo da República de Moçambique e no meu próprio, desejo a toda a Comunidade Muçulmana no país e no mundo inteiro uma celebração feliz, inspirada no Profeta

Ibrahim, que nos ensina a consentir sacrifícios e a perseverar perante adversidades da vida, colocando o amor a Deus acima de qualquer desejo mundano.

O Eid UI Adha assinala-se poucos dias após selarmos uma importante etapa de desarmamento e desmobilização dos

nossos irmãos, antigos guerrilheiros da Renamo, acendendo, a partir do nosso país, a chama da renovação da esperança por um mundo de Paz, solidariedade e concórdia entre irmãos.

Reconhecendo que a Comunidade Muçulmana em Moçambique tem mantido uma contribuição inestimável na consolidação da paz e edificação de uma Nação próspera e de bem-estar, queremos exortá-la a continuar a ser o agente do

desenvolvimento socioeconómico e concórdia que queremos no país e no mundo.

A todos os irmãos muçulmanos reiteramos os votos de boas festas, junto de suas famílias, amigos e irmãos de fé.

**Filipe Jacinto Nyusi**  
Presidente da República

## **ATRAVÉS DA BANCARIZAÇÃO NO SECTOR DO AGRONEGÓCIO:**

# *País pode passar de uma economia agrícola de subsistência para uma economia comercial*

(Chimoio) Comprometido com o crescimento de Moçambique, o Standard Bank tem assumido a responsabilidade de financiar, de forma holística, o sector de agronegócio, beneficiando a todos actores da cadeia de valor, desde comerciantes, operadores logísticos, processadores, produtores e fornecedores de produtos e serviços, em reconhecimento à inter-dependência existente entre si.

O compromisso foi manifestado, terça-feira, 27 de Junho, em Chimoio, capital da província de Manica, pelo administrador delegado do banco, Bernardo Aparício, durante a sessão de abertura do Fórum de Agronegócio, promovido por esta instituição bancária.

No encontro, que reúne actores da cadeia de valor do agronegócio da província, o administrador delegado do Standard Bank referiu que Manica é um dos principais celeiros agrícolas de Moçambique: “Foi em reconhecimento a esse potencial, que estamos aqui, para reflectirmos sobre o desenvolvimento deste sector, particularmente sobre o aumento da competitividade e as oportunidades de crescimento existentes”, disse.

Segundo explicou, “estes fóruns permitem-nos contribuir para o aumento de conhecimento sobre oportunidades e tendências de mercado de produtos e serviços agrários de referência na região e no País, bem como a partilha de boas práticas e soluções inovadoras, que imprimam maior resiliência e competitividade no sector”.

Na ocasião, o secretário de Estado da província de Manica, Stefan Dick Kassotche Mphiri, referiu que existe, na província, um enorme potencial de negó-



cios no sector agrário, mas imperam desafios que devem ser superados, sendo os mais gritantes a fraca integração das cadeias de valor, particularmente com os pequenos produtores, assim como a falta de acesso a financiamentos adequados.

Durante o evento, com o objectivo de dinamizar a cadeia do agronegócio no País, Stefan Dick Kassotche Mphiri indicou que se trata, em suma, do desafio de transformar a produção agrícola do camponês em algo comercializável, nos mercados interno e externo.

“Estes não são os únicos desafios, mas são os que me parecem ser de uma dimensão que merece uma reflexão séria e, se possível, apresentar soluções para facilitar a comercialização e exportação de produtos agrícolas de Manica”, frisou.

O Governo, conforme acrescentou, reconhece o apoio que o Standard Bank tem estado a dar ao desenvolvim-

entodo sector, de modo a ajudar o País a passar de uma economia agrícola de subsistência para comercial, através da bancarização dos agricultores para que tenham acesso ao financiamento e apoio ao crescimento dos seus negócios.

Presente, igualmente, no evento, realizado sob o tema “Melhorando a Balança Comercial Agrária em Moçambique”, a governadora da província, Francisca Domingos, realçou que a realização do Fórum de Agronegócio na província vai despertar a atenção dos operadores agrícolas, de modo a que além de produzir em quantidade, possam produzir também com qualidade.

Importa realçar que o Fórum de Agronegócio incorporou uma exposição de produtos e serviços da cadeia de valor agrária e de debates e apresentações de empresas e especialistas do sector.

**(FDS)**

## *Acidente de viação mata onze pessoas no Lionde em Chókwè*

(Chókwè) Acidente de viação mata onze pessoas e fere outras oito, na manhã desta quarta-feira na zona de

Lionde, distrito de Chokwe, província de Gaza.

O acidente envolveu uma viatura de transporte semi-colectivo de passageiros, que fazia o trajecto Chókwe-Macia e foi originado pelo rebentamento de um dos pneus traseiros, facto que projectou a viatura para o canal de rega-

dio, situado na berma da estrada

A Rádio Moçambique soube que as mortes foram originadas por afogamento e decorriam a identificação de corpos, junto da morgue do Hospital Rural de Chókwe.

O porta-voz da Policia da República de Moçambique, em Gaza, (PRM), Júlio

Nhamússua aponta como causas do acidente, o rebentamento do pneu, aliado a velocidade excessiva.

A fonte apela aos automobilistas para um maior controlo do estado mecânico das viaturas, aliado ao cumprimento das normas que regem a circulação rodoviária. (RM)

## ECOS DA XVIII CONFERÊNCIA ANUAL DO SECTOR PRIVADO:

### Carla Louveira fala das Opções de Financiamento para Projectos Industriais e Conexos

(Maputo) A Vice-ministra da Economia e Finanças, considera que a industrialização é um dos vectores principais para impulsionar o crescimento, produtividade e competitividade da economia nacional e por conseguinte o desenvolvimento do país.

Louveira falava em Maputo, durante a XVIII Conferência Anual do Sector Privado (CASP), evento organizado pela Confederação das Associações Económicas (CTA), que se realizou sob o lema "Transformação, Inovação, Sustentabilidade e Inclusão para a Competitividade Industrial".

Na sua apresentação, a Vice-ministra destacou o valor que existe na diversificação da economia de Moçambique através do desenvolvimento de sectores como agricultura, turismo, pesca e indústria manufactureira.

Estes sectores são fundamentais para catapultar e expandir a nossa economia, atraindo o investimento estrangeiro e melhorando o ambiente de negócios, bem como o desenvolvimento de infraestruturas, como estradas, portos, aeroportos e energia, factores-chave para incentivar o crescimento do sector industrial em Moçambique, frisou.

Participando do Painel sobre Opções de Financiamento para Projectos Industriais e Conexos, Louveira, falou do Fundo de Garantia Mutuária (FGM), iniciativa que visa fornecer garantias parciais de crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), onde a sua estrutura consiste em uma abor-



dagem de carteira de garantias para Instituições Financeiras Parceiras (PFIs) e contragarantias para garantias individuais, com único objetivo que é facilitar o acesso ao financiamento para MPMEs.

O fundo de garantia mutuária permite que as PFIs ofereçam empréstimos com garantia parcial, o que reduz o risco de crédito para as instituições financeiras, disse.

Espera-se que o FGM resulte em maior acesso ao financiamento para as MPMEs no acesso formal ao crédito; Inclusão financeira de, pelo menos, mais 2200 pequenas empresas e 30 médias empresas; Crédito adicional anual de 6,3 mil milhões de MZN (100 milhões de USD), assumindo uma dimensão média de empréstimo de 75.000 de USD e uma média de 3 empréstimos ao longo de 5 anos por PMEs; Aumento do prazo e dos montantes dos empréstimos para as MPMEs que já efectuam transacções com os bancos.

Carla Louveira falou ainda das op-

ções de financiamento por via do Financiamento Climático, que se subdividem em Fundos Climáticos Internacionais (Fundo de Adaptação; Fundo Global do Ambiente; Fundo Verde para o Clima e Fundo Climático de Investimento) e Mercados de Carbono incluindo REDD+.

Sobre o Fundo Verde para o Clima (GCF), Louveira, disse que o mesmo passou a estar operacional em 2015. O Governo através do MEF em 2017 passou a desempenhar o papel de Autoridade Nacional Designada que Coordena o processo de elaboração, priorização e avaliação de propostas de projectos a serem submetidos ao GCF e serve de interface entre o País e o GCF.

CASP Vice Carla II 1 Sobre os créditos de carbono fez saber que podem ser uma fonte de receita para os diversos sectores de actividade económica. Existem três princípios de créditos de carbono: Todos os projetos que reduzem emissões ou removem CO2 da atmosfera podem, em teoria, receber créditos de carbono; Cada crédito de carbono equivale a uma tonelada de CO2; Os créditos de carbono podem ser vendidos e, como tal, gerar renda.

A terminar, referiu que o potencial técnico anual para Moçambique é estimado em 80-90 milhões de toneladas CO2 por ano. (~4% do potencial de África). Se o País desbloquear entre 15-25% do potencial, criará uma oportunidade de produzir entre ~10-25 milhões de créditos de carbono anualmente com um valor de \$200-500 milhões por ano.

## INDÚSTRIA EXTRACTIVA:

### Buscam-se formas para reduzir conflitos

(Maputo) Diversas organizações da sociedade civil, deputados da Assembleia da República, membros de

governos locais, entre outros actores estão reunidos em Maputo, nesta quarta e quinta-feira, 28 e 29 de junho, numa

conferência sobre Governança dos Recursos Extrativos e Conflitos que decorre sob o lema: Oportunidades e Desafios



para Uma Gestão Inclusiva e pacífica dos Recursos Extractivos em Moçambique.

O encontro visa colher experiências locais, regionais e internacionais para contribuir de forma assertiva no debate sobre as boas práticas da governação dos recursos naturais e formas de prevenção de conflitos resultantes, assim como contribuir no âmbito das reformas em curso no sector da exploração de recursos.

Intervindo na sessão de abertura, o director dos Assuntos Jurídicos no Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), José Amigos, destacou que a nível mundial, Moçambique figura como um dos países que têm estado a gerir de forma aceitável a exploração dos recursos naturais ocupando a terceira posição a seguir a Noruega na lista do ITIE.

“Moçambique é actualmente o terceiro país no mundo com alto grau de cumprimento do padrão do ITIE, atrás da Noruega. Este resultado é mais uma prova de que embora existam desafios, os Moçambicanos têm sabido levar a cabo acções que visam fazer dos recursos a bênção para o desenvolvimento, através de uma participação activa e concentrada entre os stakeholder”.

Apesar dos avanços registados pelo País ao nível da transparência do sector extractivo, José Amigos reconhece a necessidade de se fazer melhorias.

“É bem verdade que Moçambique comprovou estar a realizar um óptimo trabalho no cumprimento do padrão, entretanto, não temos expectativa de nos envaidecer com esta pontuação, temos consciência de que ainda existem aspectos por melhorar neste processo”.

Por sua vez, Alcía Martins, conselheira da Delegação da União Europeia em Moçambique, disse que a exclusão tem sido uma das causas de conflitos nos países onde são explorados os recursos, defendendo por isso maior in-

clusão.

Apelou ao respeito dos direitos humanos, ao esforço para maior abrangência das empresas e comunidades na prestação de serviços nos locais de exploração dos recursos. Pediu também que sejam respeitados os princípios atinentes ao processo de reassentamento da população afectada pelos projectos.

“Trabalhamos para que haja uma colaboração forte entre o Estado, sector privado e o cidadão, que seja eficiente e respeitadora dos direitos humanos e que essa colaboração se traduza, por fim, numa distribuição mais justa e transparente dos recursos e na sua utilização de forma mais sustentável e em benefício das gerações futuras”, afirmou.

Por seu turno, Hermenegildo Mulhovo, director-executivo do Instituto para Democracia Multipartidária (IMD) defende que sendo Moçambique detentor de uma vasta gama de recursos naturais, entre os quais o gás natural, deve encontrar as melhores formas de gestão para que a exploração contribua para o desenvolvimento das comunidades locais evitando deste modo a eclosão de conflitos.

“Pretendemos melhorar o ambiente de colaboração entre o Governo e as comunidades e entre estas e o sector privado, por que nós acreditamos que é possível termos alguns reassentamentos que conferem mais dignidade ao cidadão. É benéfico para as empresas quando o cidadão vê as suas condições de vida a melhorar”, declarou Mulhovo, fazendo referência aos conflitos resultantes dos processos de reassentamento.

“O reassentamento tem de seguir a padrões aceitáveis. Nos moldes em que é feito temos visto que há muita reclamação por parte das comunidades, quer seja pela qualidade das habitações, quer em termos de escassez de infraestruturas básicas nos locais onde as comunidades são reassentadas. Há

vários elementos de conflitualidade entre as comunidades e as empresas, nota-se um ambiente de desconfiança entre estas comunidades e o Governo”, acrescentou o interlocutor.

Enquanto isso, Sérgio Chichava, director do Instituto dos Estudos Sociais e Económicos (IESE) defendeu a necessidade de se explorar devidamente os recursos e que beneficiem as comunidades locais cuja percepção que têm é de exclusão em benefícios dos investidores que as exploram e o pessoal oriundo da região sul do país que tem sido usado como mão de obra.

Intervindo no painel subordinado ao tema: Indústria Extractiva e Conflitos Decorrentes da Exploração dos Recursos Naturais, Chichava apresentou um estudo feito nas províncias de Inhambane, Sofala, Tete e Cabo Delgado onde decorre a exploração dos mineiros.

“Apesar de alguns avanços persistem desafios na exploração dos recursos naturais, mormente à inclusão das comunidades locais, incluindo o sector empresarial que se sente excluído. Há uma percepção de que os recursos ocorrem e são explorados a norte do rio Save, mas que os beneficiários são pessoas oriundas da região sul que têm emprego. Portanto, as pessoas onde ocorre a exploração consideram-se excluídos”, disse Chichava.

O encontro é organizado numa parceria do IMD, KUWUKA JDA, ASCUT-CARE, FCA/NRTP, AAAJC, CEDES, OXFAM, CIP, AMA, IESE e N’weti, conta com apoio da União Europeia, USAID e Pão para o Mundo. Participam representantes das instituições do Governo, académicos do nível nacional e internacional, agências reguladoras, empresas do sector, organizações da sociedade civil e representantes e membros das comunidades directamente afectadas pela exploração dos recursos extractivos.

## Silvino Moreno participa na CAETE na China

(Maputo) Uma delegação Moçambicana, chefiada pelo Ministro da Indústria e comércio, Silvino Moreno, composta por 55 Delegados, dos quais 20 empresários em representação de diversos sectores de actividade económica e 35 participantes do sector público, incluindo representantes das Províncias de Maputo, Cabo Delgado, Inhambane e Zambézia participam de 29 de Junho á 02 de Julho de 2023, na 3ª Exposição Económica e Comercial China – África (CAETE), na Cidade de Changsha,

Província de Hunan, República Popular da China sob o lema “Common Development for a Shared Future”.

O evento é organizado pelo Departamento do Comércio da Província de Hunan em parceria com o Bureau de Desenvolvimento Comercial do Ministério do Comércio da China e tem como objectivo a promoção de oportunidades de negócios e do potencial das exportações no mercado chinês.

Moçambique foi designado “País parceiro” do evento, o que lhe confere o

direito a um Pavilhão onde vai expor os seus produtos e serviços. Para além da exposição internacional, a delegação irá participar em conferências e seminários temáticos.

O evento terá foco nos sectores de Agricultura, Recursos Minerais e Energia, Turismo, Infra-estruturas, Indústria, Petróleo e Gás, entre outros sectores, que o empresariado nacional possa estabelecer parcerias. CAETE é uma plataforma criada para construir um novo mecanismo para a cooperação

## ECOS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL(1975-2023):

# PR recebe felicitações dos Países Baixos, Egipto e Alemanha

(Maputo) O Presidente da República, Filipe Nyusi, recebeu felicitações do Rei dos Países Baixos, Willem-Alexander, dos homólogos da República Árabe do Egipto, Abdel Fattah Al-Sisi e da República Federal da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, por ocasião do 48º aniversário da Independência nacional, assinalado no dia 25 de Junho de 2023.

Na sua mensagem, o Rei dos Países Baixos, Willem Alexander, refere que “Por ocasião da celebração do dia Nacional da República de Moçambique, permita-me Excelência que transmita as nossas felicitações e melhores desejos do vosso bem-estar pessoal e do povo Moçambicano”

Por seu turno, o Presidente do Egipto, Abdel Fattah Al-Sisi, refere na sua mensagem que em nome do povo egípcio e no seu próprio felicita efusivamente ao Presidente Nyusi e ao povo irmão de

Moçambique bem como os seus sinceros votos de progresso e prosperidade a Moçambique.

“O Egipto atribui grande importância às suas relações profundamente enraizadas com Moçambique. Estou confiante que continuando a trabalhar juntos podemos incrementar ainda mais a nossa cooperação bilateral que recebeu maior ímpeto com a recente visita a este país irmão com vista a forjar um futuro risonho para os nosso dois povos irmãos”, lê-se na mensagem.

O Presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, por seu lado, felicita o chefe do Estado moçambicano por ocasião da efeméride e endereça os seus sinceros votos de felicidades.

“No futuro, os nossos países estarão confrontados com desafios comuns que apenas poderão ser superados através de uma cooperação multilateral no âm-

bito da ordem internacional existente. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual Moçambique é membro não permanente em 2023/23, desempenha aqui um papel fundamental. Desejo a Vossa Excelência muito sucesso para esta tarefa”, lê-se na mensagem.

Para o Presidente alemão, a parceria entre os dois países baseia-se em excelentes relações políticas, abrange um amplo leque de actividades e foi solidificada por numerosos intercâmbios económicos e pessoais.

“É particularmente visível na área de cooperação para o desenvolvimento, onde já foram alcançados resultados tangíveis em vários campos. A Alemanha continuará a apoiar Moçambique no Desenvolvimento na área de Desenvolvimento sustentável enquanto parceiro de confiança”, sublinhou o Presidente Frank-Walter Steinmeier.

## Viktor Orban considera que Ucrânia perdeu a soberania

(Maputo) O Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orban, disse, terça-feira, acreditar que a Ucrânia não é mais um Estado soberano e que qualquer possível acordo de paz para o conflito no país dependerá em grande parte dos Estados Unidos, e não da própria Ucrânia.

“A Ucrânia não é mais um Estado soberano. Não tem dinheiro nem armas. Só pode continuar a lutar graças à ajuda que está a ser prestada”, disse Orban em entrevista ao jornal alemão Bild. “Cabe aos Estados Unidos decidir quando a paz se vai materializar”.

“A realidade é que a cooperação entre a Ucrânia e o Ocidente falhou”, continuou Orban. “Na minha opinião, o facto de os ucranianos continuarem a lutar nas frentes de batalha, enquanto nós os apoiamos financeiramente, com dados e hardware, e (a ideia) de que eles serão capazes de vencer esta guerra contra a Rússia, acredito que isso é uma compreensão incorrecta da situação. Esse resultado uma vitória ucraniana não é possível”, atirou.

O Primeiro-Ministro húngaro disse que se negociações completas tivessem

sido conduzidas logo no início do conflito, inúmeras baixas poderiam ter sido evitadas.

“A minha posição desde o início foi que não deveríamos permitir que este conflito se transformasse em uma guerra global, ou algo dessa escala, mas sim que o conflito deveria ter sido isolado e a responsabilidade por este transferida para longe do comando militar e para os políticos e diplomatas, porque esta guerra nunca deveria ter acontecido”, enfatizou o líder húngaro.

Orban também afirmou que era imperativo voltar à mesa de negociações, pois as negociações de paz representam o único meio de salvar vidas.

UE planeia aumentar fundo de armamentos para a Ucrânia em € 3,5 biliões

Os Estados-membros da União Europeia (UE) devem aumentar o tamanho do fundo para financiar o fornecimento

de armas à Ucrânia em € 3,5 biliões, mas a Hungria ainda está a bloquear os planos, escreveu na semana passada à agência norte-americana Bloomberg.

O Mecanismo Europeu para a Paz, que tem actualmente um orçamento de cerca de € 7,9 biliões, seria assim aumentado em quase 50%, uma decisão acordada nesta semana pelos embaixadores da UE. Esta instituição reembolsa os Governos pelos suprimentos militares à Ucrânia, mas também é usado para apoiar outros países.

Grande parte do fundo já foi alocada para ajuda militar à Ucrânia desde o começo da operação militar especial da Rússia, mas a Hungria está a bloquear a oitava tranche de € 500 milhões para Kiev depois que esta acrescentou um banco húngaro a uma lista de empresas que continuam a fazer negócios na Rússia, de acordo com as fontes da agência.

# vertical

